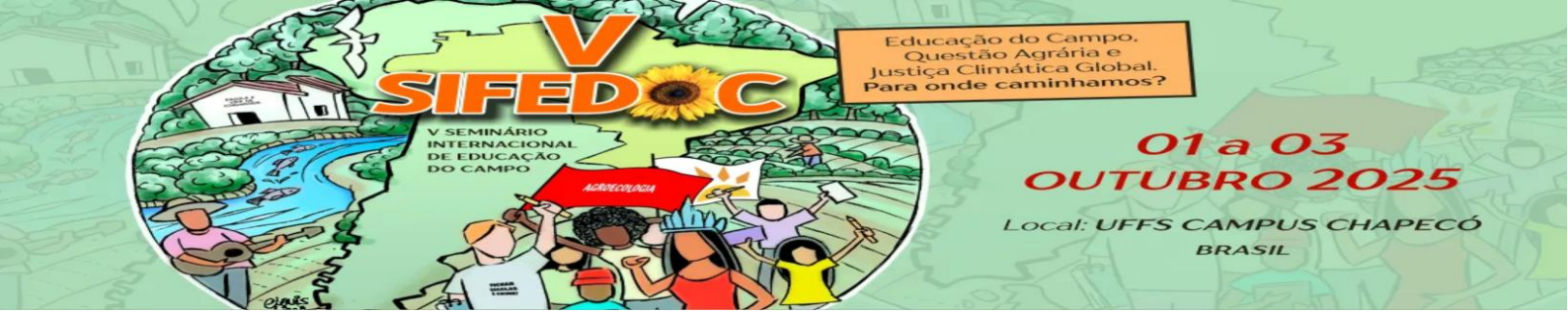


TEKOA ARANDU VERÁ: TERRA, TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DA VIDA

Indiana Moreira[1]

Matheus Fernando Mohr[2]

Círculo de Saber: Questão agrária, das lutas territoriais dos povos do campo, das águas e das florestas

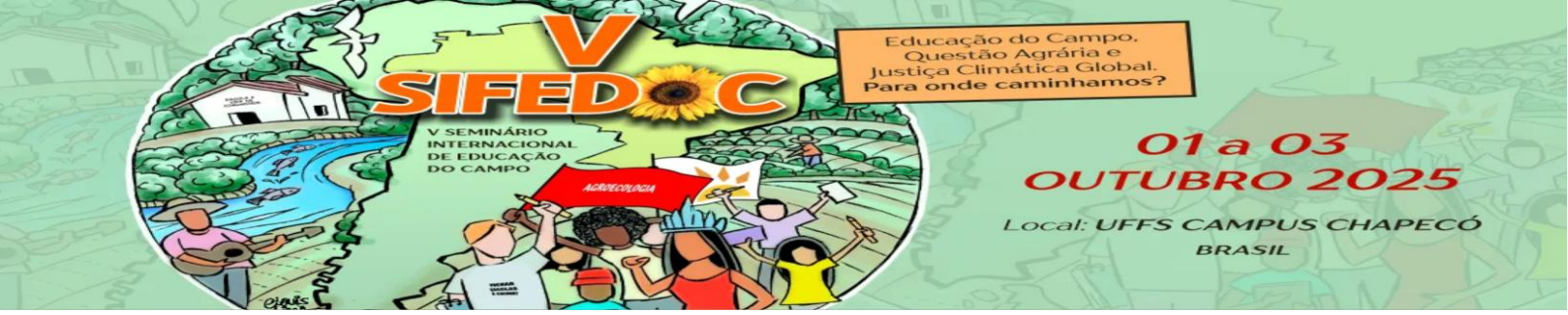
Palavras-chave: território; resistência; povo guarani – mbyá**;**

Introdução

A questão agrária abrange múltiplos aspectos que se referem às situações amplas e abrangentes que fazem parte de uma conjuntura histórica, mas também, envolvem particularidades influenciadas por características localizadas. De forma generalizada podemos dizer que, no Brasil, na maioria das vezes, a configuração do espaço foi marcada por disputas que geraram violências, silenciamentos e opressões, mas também, exemplos de luta e resistência.

Compreendemos que a população do campo não são só os povos originários (indígenas), são também aqueles trabalhadores que vivem no e do campo, camponeses, assentados, os trabalhadores dos movimentos sociais do campo, dentre outros. Esta mistura de diferentes modos de vida e suas respectivas experiências podem gerar divergências e até disputas entre grupos; entretanto, também geram diálogos e estratégias de enfrentamento à exploração e opressão.

[1] Acadêmica do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza (Licenciatura) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Erechim/RS. E-mail: indianamoreira01@gmail.com
[2] Docente do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza (Licenciatura) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Erechim/RS. E-mail: matheus.mohr@uffs.edu.br



Esta multiplicidade de sujeitos e suas formas de viver e interpretar o mundo também se encontra no âmbito da universidade, sobretudo no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Assim a valorização das diferentes experiências em contato com o conhecimento científico pode propiciar novos arranjos e formas de encarar as dificuldades e desafios.

Com esta mentalidade de transitar entre o “conhecido” (práticas tradicionais) e o “novo”, muitos dos povos vão buscando resistir em meio às inúmeras contradições.

Este texto tem como finalidade refletir sobre o espaço territorial da Terra Indígena *Tekoa Arandu Verá*, mais conhecida como Mato Preto, que tem se configurado como um marco importante da produção do modo de vida *Guarani – Mbyá.* Esta comunidade preserva muito de suas tradições, entretanto, por sua localização, possui contato bastante efetivo com outras populações, o que acaba por agregar novos processos que podem revelar alguns conflitos, mas também, estratégias de fortalecimento comunitário e territorial.

Um pouco da história

No dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal e, mais recentemente, temos o surgimento da tese do chamado marco temporal (PL 490/2007) que se desdobrou na Lei 14.701 de 2023, indicando que terras indígenas só podiam ser demarcadas se os indígenas daquele território já estivessem habitando aquela área, naquele mesmo ano. Estes acontecimentos, de um lado, dificultam os processos de territorialidade/territorialização dos povos originários e, de outro, contribuiu para com o fortalecimento da luta indígena em diferentes espaços do país.

O processo de delimitação e identificação da Terra Indígena *Tekoa Arandu Verá* começou em 2004. Em 2012 saiu uma portaria da homologação de uma área de 2.400 hectares, porém, a comissão dos agricultores entrou na justiça pedindo a revogação da portaria. Atualmente o processo sobre a declaração está no TRF – Tribunal Regional Federal, ou seja, até os dias atuais esta terra está em disputa.

A atual comunidade está situada em uma área de 4,9 hectares, comprada e doada para a comunidade com registro em cartório, por empresas de linha de transmissão elétrica PROSUL e TSBE (Transmissora Sul Brasileira de Energia). Esta

cedência ocorreu devido ao fato de que a área está em um ponto que faz parte da linha de transmissão de energia entre Itá-SC e Nova Santa Rita-RS, área declarada como Terra Indígena de Mato Preto.

Deste modo, a comunidade na época foi contemplada através de projeto de compra da área com construção de 32 casas. Atualmente moram neste local cerca de 135 pessoas, organizadas em 32 famílias. Desta população, quase metade são crianças.

A área é muito pequena para o modo de cultivo tradicional e, assim, os habitantes precisam encontrar formas de garantir a sua sobrevivência a partir de, principalmente, as seguintes atividades: comercialização de artesanatos e venda da força de trabalho em atividades regulares mensais, diárias ou sazonais. A forma capitalista de produção acaba sendo a hegemônica, quando adentra, também, nas terras indígenas, muito mais naquelas onde a limitação de terra é maior.

Entretanto, a partir de diálogos com parceiros que buscam perspectivas ecológicas alguns projetos estão em andamento, como por exemplo, o projeto do pomar agroecológico que foi idealizada em parceria com a Cáritas e o CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia de Erechim-RS. O projeto conta com o plantio de árvores frutíferas para que futuramente as crianças da comunidade possam desfrutar e saborear as frutas do pomar. O pomar foi erguido e construído no ano de 2022 junto à comunidade e em parceria também com a Emater do município de Erebango – RS, distante 5 km do local.

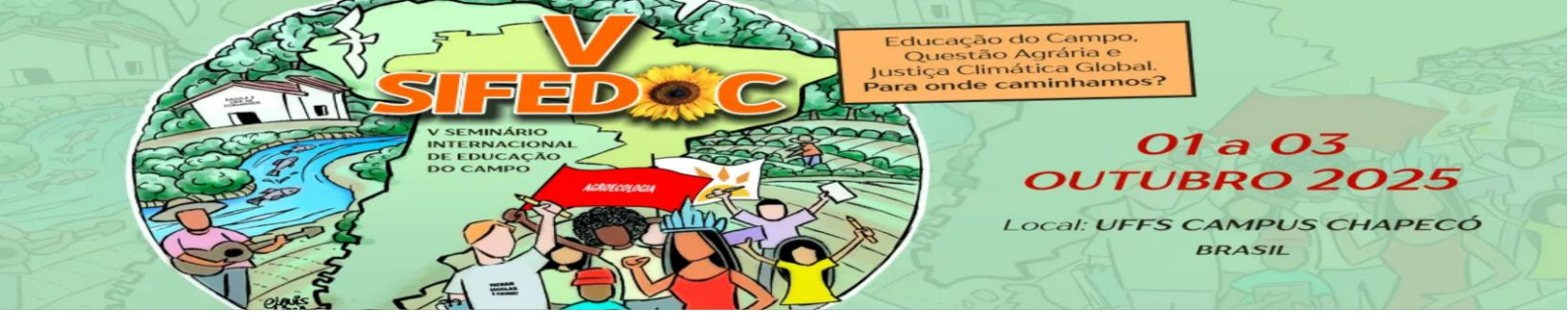
Já, sobre a agricultura de subsistência, a comunidade cultiva coletivamente 500 metros quadrados de feijão e milho. Quando o plantio é feito e chega a época de colheita, esta é distribuída para cada família da comunidade. Como o lugar ainda é pequeno para plantio de outros itens, feijão e milho são ainda as únicas opções de plantio para a comunidade. Além disso, cada família dispõe de um cantinho próprio, bem pequeno, para plantio, localizando-se próximo de suas residências. Como exemplo, a avó Érica, mãe do cacique Joel Kuaray, anciã da comunidade (a primeira mais velha) planta mandioca, amendoim, cana-de-açúcar, batata-doce, dentre diversas outras espécies e variedades para o próprio consumo, e todo e cada plantio da comunidade é para o consumo próprio.

Observando essa comunidade podemos identificar que, apesar da grande limitação de espaço territorial, o grupo tenta produzir e reproduzir sua existência cultivando seus conhecimentos ancestrais num espaço insuficiente. Assim, tem buscado agregar outras formas, incorporando novos hábitos, afinal, a cultura não é estática.

Outro exemplo sobre o atual modo de vida da comunidade está nas práticas espirituais, e assim, citamos o caso da casa de reza, o *opy*. A casa de reza nas comunidades Guaranis, seja de *Guaranis-Kaiowás*, *Guaranis-Nhandewa*, *Guaranis-Mbyá*, *Tupi-Guarani,* são normalmente construídas e feitas de taquara, folhas de coqueiros ou capim e, principalmente, de barro. Mas como no Mato Preto o lugar é uma área não demarcada e apresenta restrições de uso, atualmente a casa de reza está localizada num espaço de chão batido, da avó Érica. A comunidade necessitou adequar este espaço para que lá acontecessem as rezas, todas as noites. Faça chuva ou faça sol, os rituais de todas as noites não podem faltar.

Nos rituais também são levadas comidas típicas, como por exemplo: o *Kaguyjy* (bebida tradicional do povo *Guarani-Mbyá*) e o *jety* (batata-doce). Os alimentos são entregues para o pessoal depois dos rituais, o consumo destes alimentos recarrega as energias do povo, porque os rituais são bem fortes, mas acalmam as almas no final. O ritual é feito pelo *opita'i va'e* (aquele que benze), sendo utilizado o sagrado *petyngua* (o cachimbo da paz). Para quem não conhece é do *petyngua* que vem a leveza e o saber ancestral na hora em que se faz o ritual, sendo que o *petyngua* não pode ser utilizado por qualquer pessoa, ele é altamente sagrado para o povo Guarani de Mato Preto. Além disso, umas das principais coisas que devemos saber quando vamos em um *opy* é que não devemos ir estressados e principalmente bravos, porque quando se vai com um destes sentimentos dentro do *opy*, os males, os espíritos obsessores, os espíritos maus, eles entram junto consigo e isso gera com que você se sinta pesado, ansioso e ao entrar em contato com o *petyngua* você fica fraco.

Embora o povo da comunidade pretenda ter melhores e maiores espaços para suas atividades consegue ir tratando das adversidades do seu jeito, reforçando o que lhes une, como o sentimento de coletividade e de pertencimento. Porém, também transitam com outras formas e relações, pois compreendem a necessidade de diálogo



com pessoas que podem convergir em ideias e propósitos de vida e, principalmente no respeito à cultura local.

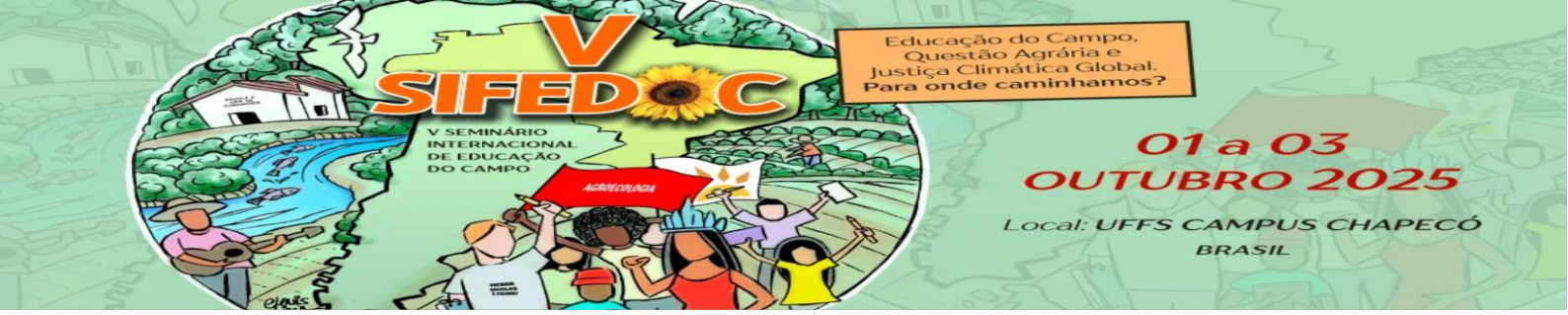
Entendendo a cultura como sinaliza Freire (1971, p. 54): “Cultura só é enquanto está sendo. Só permanece porque muda. Ou, talvez dizendo melhor: a cultura só dura no jogo contraditório da permanência e da mudança”.

Um dos fatos significativos para a comunidade também foi a inserção de muitos jovens e adultos na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS em Erechim. O ingresso na universidade tem possibilitado uma série de provocações entre os estudantes, mediadas pelas disciplinas cursadas e o contato com outros acadêmicos e professores de distintos cursos.

Na disciplina de Meio Ambiente Economia e Sociedade, por exemplo, refletimos sobre a questão dos arrendamentos de terras nas comunidades indígenas, fazendo com que o latifúndio e o agronegócio permaneçam com alta estrutura e desenvolvimento dentro das comunidades. Discutimos e compreendemos que as populações se constituam através e por meio de ações históricas dos sujeitos como expressão da contradição da luta de classes entre proprietários ou não das terras. Estes elementos nos fizeram refletir que a apropriação da terra e da natureza pelo capital tem sido frequente em todos os espaços, inclusive nas terras indígenas.

Depoimentos trazidos por colegas revelam contradições internas, também nas diferentes comunidades indígenas. O capital, ou melhor dizendo, o dinheiro, como os *Jurua* (brancos) falam, vem fazendo que os próprios indígenas entrem em conflitos com eles mesmos, isso pela predominância do poder, de querer estar no comando do processo puramente econômico, e isso faz com que as comunidades se separem, alguns mudam seu local de moradia, e outros permanecem, mas com a condição que permaneçam calados.

Todo esse cenário complexo nos faz indagar: como se contrapor à esta lógica? Se lutamos pela terra para sobreviver, como devemos tratá-la quando a conquistamos? Problematizar estas questões nos ajudam a pensar em estratégias de sobrevivência, alicerçadas à busca de maior durabilidade mediante os processos vivenciados na relação ser humano - ser humano e ser humano - natureza.



Conclusão

Os povos originários possuem uma relação direta com a terra, com as matas, com os rios e mares. Entretanto, pela apropriação do capital estes recursos estão cada vez mais escassos.

É preciso que no decorrer dos processos de resistência os povos consigam se organizar para que conduzam sua reprodução social e comunitária sem destruir seus recursos, aos moldes do modo de produção vigente. A agricultura de subsistência é um dos desafios nas comunidades indígenas, quando entendemos que só se avança mais se estivermos junto com as lutas sociais.

Compreendemos que a comunidade *Tekoa Arandu Verá* está buscando resistir, transitando entre o antigo e o novo, reforçando a luta pelo território e a manutenção da terra conquistada.

A questão agrária no Brasil é complexa, e entendê-la para modificá-la é nosso grande compromisso. Diante da aprovação recente do PL do desmatamento no dia 18 de julho de 2025 precisamos de mais união entre os povos, porque é diante de problemas seríssimos como este e tantos outros que RESISTIMOS PARA EXISTIR, e vamos continuar lutando até o último indígena!

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra S.A., 1971.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.